

NOTA

Assunto: **Nota relativa à sessão plenária
– 15 e 16 de Abril de 2002, Bruxelas** ¹

I. Abertura da sessão plenária

O Presidente da Convenção, Valéry Giscard d'Estaing, assistido pelo Vice-Presidente Giuliano Amato, declarou aberta a sessão.

O Presidente felicitou Alojz PETERLE por ter sido escolhido pelos representantes dos Parlamentos nacionais dos países candidatos como convidado ao Praesidium.

Tendo recordado aos membros da Convenção que, conforme anunciado no documento CONV 18/02, o Praesidium havia decidido que os membros da Convenção provenientes dos países candidatos se poderiam exprimir nas suas próprias línguas, o Presidente explicou as modalidades de interpretação aplicáveis.

O Presidente informou os membros da Convenção de que, a fim de conferir um carácter mais animado ao debate, poderiam manifestar as suas reacções, no termo de cada série de cinco intervenções efectuadas segundo a lista dos intervenientes, solicitando para tal a palavra ao presidente da sessão mediante a apresentação de um cartão azul. Estas regras seriam aplicadas a título experimental durante uma ou duas sessões. Posteriormente, proceder-se-ia à avaliação deste funcionamento.

O Presidente lembrou que a Comissão enviou à Convenção uma comunicação que contém os elementos do último Eurobarómetro sobre o futuro da União Europeia e que evidencia muito claramente as expectativas dos cidadãos em relação à Europa.

¹ O relato integral da sessão plenária encontra-se no sítio www.european-convention.eu.int.

II. Debate geral: As missões da União Europeia

Introdução

O Presidente V. Giscard d'Estaing introduziu o debate recordando que foram apresentados à Convenção vários documentos sobre este assunto, por um lado, por membros da Convenção e, por outro, pelo Praesidium, tendo este último produzido dois documentos: o primeiro procura organizar o debate colocando questões específicas sobre as missões da União Europeia (doc. CONV 16/02) e o segundo contém uma descrição da forma como se constituíram as competências da União Europeia (doc. CONV 17/02).

Os membros da Convenção fizeram 86 intervenções, em que exprimiram os seus pontos de vista.

Primeira questão: Alcance das missões da União

A primeira questão colocada à Convenção visava saber se, tendo em conta a nova dimensão da União, o actual contexto internacional, o actual mandato da União e as aspirações dos seus cidadãos, devem ser confiadas novas missões à União e, em caso afirmativo, que tipo de missões, ou se, pelo contrário, devem ser-lhe confiadas menos missões e, nesse caso, quais as que deveriam ser restituídas aos Estados-Membros.

1. Questões gerais

Desenhou-se uma ampla orientação na Convenção a favor da necessidade de não pôr em causa as realizações actuais da União, tendo sido apenas dois os membros a desejar que certas competências voltem a pertencer aos Estados-Membros.

Alguns intervenientes chamaram a atenção para as dificuldades de uma delimitação por assuntos e para a necessidade de estabelecer antes uma delimitação segundo a intensidade da acção em função dos domínios, através da criação de instrumentos de acção.

Neste sentido, vários membros insistiram na necessidade de se analisarem em conjunto a questão das missões da União e a da organização das competências e dos instrumentos. Para

tal, foi manifestado o desejo de que o Tratado indicasse claramente quem faz o quê, mencionando o grau de competência da União em relação a cada política.

Vários membros pronunciaram-se a favor do abandono da estrutura em três pilares, que seria substituída por uma estrutura institucional única.

2. Missões da União que receberam o apoio de um grande número de intervenientes

A maioria dos intervenientes afirmou que há que reforçar as missões da União em dois domínios, dotando-a simultaneamente das competências necessárias para o desempenho dessas missões:

- na política externa comum, a fim de reforçar a presença e a acção da União na cena internacional, nomeadamente na gestão das crises. A União deveria ser capaz de reagir com eficácia aos novos desafios da política internacional.
- na política de liberdade, segurança e justiça, para que a União possa agir de modo mais eficaz, designadamente, contra o terrorismo, a criminalidade organizada, a imigração ilegal, a droga e o tráfico de seres humanos. Neste âmbito, alguns intervenientes exprimiram o desejo de que seja criado um serviço comum de protecção das fronteiras.

Numerosos membros declararam também desejar:

- um governo económico como corolário da União Monetária;
- uma referência aos direitos humanos, através da inserção nos Tratados da Carta dos Direitos Fundamentais. Foi abordada a questão de dotar a União de personalidade jurídica e da sua adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem;
- uma ligação entre a política externa e a política de ajuda ao desenvolvimento.

3. Outras missões da União evocadas

Determinados membros manifestaram o desejo de que a União desenvolvesse também mais acções nos seguintes domínios:

- ambiente;
- investigação e inovação;
- segurança alimentar;
- segurança dos abastecimentos.

4. Missões que suscitaram divergências

Vários membros declararam desejar uma acção da União nos seguintes domínios:

- coesão económica e social e desenvolvimento de um modelo social europeu, no âmbito de um tratado social europeu que tenha em conta as diferenças existentes entre os Estados-Membros;
- luta contra a pobreza e a exclusão social;
- luta contra o desemprego.

Alguns membros pronunciaram-se a favor de um regime fiscal próprio da União. Outros intervenientes consideraram desnecessário tal regime.

No tocante à educação, à formação profissional e ao ensino, alguns membros exprimiram o desejo de que seja implementado um ensino europeu, ao passo que, segundo outros, estes assuntos devem ser da competência dos Estados-Membros.

4. Missões dos Estados-Membros

No que se refere às missões que deverão continuar a ser da competência dos Estados-Membros, a maioria dos intervenientes que abordaram a questão mencionou os seguintes domínios:

- organização interna dos Estados;
- serviços públicos;
- cultura;
- segurança social.

Alguns destes intervenientes referiram que se tratava de exemplos e não de uma lista completa.

Todavia, foi observado que o facto de a União não intervir directamente nestas áreas não a deverá impedir de incentivar, se for caso disso, a cooperação entre Estados-Membros nesses domínios e/ou de apoiar a coordenação das acções dos Estados-Membros.

Segunda questão: Critérios que permitirão decidir quais as missões que deverão ser empreendidas ao nível da União

A segunda questão colocada à Convenção tinha por objectivo determinar os critérios que permitirão decidir quais as missões que deveriam ser empreendidas ao nível da União e os princípios em que a Convenção deveria basear tais decisões.

Segundo os membros da Convenção, as aspirações dos cidadãos deveriam orientar a repartição de competências entre a União e os Estados-Membros.

Posto isto, a grande maioria dos intervenientes recordou os seguintes critérios:

- critério da subsidiariedade: a União apenas deverá actuar nos domínios em que só ela o pode fazer, tendo em conta os aspectos transfronteiriços da acção, ou em domínios em que possa actuar de modo mais eficaz do que os Estados-Membros a título individual. Alguns intervenientes salientaram a necessidade de reforçar a aplicação do princípio da subsidiariedade;
- critério da proporcionalidade: a acção da União não deve exceder o necessário para alcançar os objectivos pretendidos.

Alguns intervenientes evocaram também o princípio da solidariedade.

Terceira questão: Competências dos Estados-Membros

A terceira questão colocada à Convenção visava nomeadamente saber se os Tratados deveriam determinar expressamente que as responsabilidades não abrangidas pelas missões da União continuem a caber aos Estados-Membros ou se, pelo contrário, essas competências deveriam ser especificadas nos Tratados e, neste último caso, com base em que critérios. Perguntara-se também quais os princípios em que a Convenção poderia basear tais decisões.

A maioria dos intervenientes insistiu na necessidade de explicitar nos Tratados o princípio segundo o qual as missões que não foram atribuídas à União pelos Tratados continuam a caber aos Estados-Membros, mas sem elaborar no Tratado uma lista enumerativa de competências dos Estados-Membros. Com efeito, a maioria dos membros da Convenção considerou que o estabelecimento de tal lista acarretaria o risco de fixar de forma rígida as competências dos Estados-Membros, o que seria contrário à flexibilidade necessária para permitir a adaptação às novas realidades. Alguns intervenientes observaram que, se, por princípio, e salvo em caso de atribuição à União, a competência cabe aos Estados-Membros, será difícil estabelecer uma lista enumerativa das competências destes últimos.

Quarta questão: Evolução das competências

A última questão colocada à Convenção destinava-se a saber se as missões da União devem ser definitivamente estabelecidas neste momento ou se se deve prever a possibilidade de uma evolução ulterior.

Flexibilidade do sistema de delimitação de competências

A grande maioria dos intervenientes pronunciou-se a favor de um sistema de delimitação de competências flexível, que permita uma certa adaptação das missões da União aos novos desafios e uma resposta mais eficaz às expectativas dos cidadãos. Vários intervenientes assinalaram, neste sentido, que se deverão preservar a flexibilidade e o dinamismo que estiveram no cerne do desenvolvimento passado da União e que constituem um dos seus pontos fortes. O estabelecimento de um sistema de listas, quer das competências da União, quer das dos Estados-Membros, seria contrário a esta flexibilidade. Neste sentido, foi observado, a título de exemplo, que foi a flexibilidade hoje existente que permitiu que a Comunidade se ocupasse dos problemas relativos ao asilo ou aprovasse a directiva referente ao comércio electrónico.

Alguns destes intervenientes sublinharam que o que importa é ter princípios claros e democráticos de tomada de decisão, mais do que um sistema rígido de delimitação de competências. Neste contexto, foi também evocada a necessidade de preservar os artigos 95.º e 308.º do TCE.

Controlo da observância dos princípios da delimitação de competências e da subsidiariedade

A grande maioria dos intervenientes considerou que tal sistema de delimitação flexível se deveria acompanhar da implementação de meios de controlo eficazes da observância dos princípios da delimitação de competências e da subsidiariedade, e que o controlo da aplicação efectiva destes princípios constitui a melhor forma de garantir a sua observância. Na opinião da maioria dos intervenientes, esses controlos deveriam ter a participação dos Paramentos nacionais. Neste contexto, foi observado que os Paramentos nacionais já têm a possibilidade de controlar a observância dos princípios da delimitação de competências e da subsidiariedade em certos domínios, na medida em que há debates nacionais sobre estas questões.

Foi debatida a questão de saber se esses controlos devem incluir um novo mecanismo, e se este deve ser de natureza política ou jurisdicional. A maioria dos intervenientes pronunciou-se a favor de um mecanismo, *a priori* ou *a posteriori*, composto por representantes dos Paramentos nacionais, tendo alguns deles advogado também a inclusão de representantes do Parlamento Europeu. Alguns intervenientes pronunciaram-se a favor de um mecanismo de tipo jurisdicional, tendo sido evocada a ideia de um tribunal composto por membros dos tribunais constitucionais nacionais, ou de um mecanismo de cooperação entre o Tribunal de Justiça e os tribunais constitucionais nacionais.

Por último, algumas vozes levantaram-se a favor da participação das regiões nesse controlo, nomeadamente das que têm poderes legislativos, tendo embora assinalado que a repartição de competências entre os Estados federais e as suas entidades federadas se deverá continuar a realizar no âmbito da organização dos Estados-Membros em causa.

A terminar, foi evocada a necessidade de estabelecer modalidades diferentes de revisão dos Tratados: mais rígidas no que se refere às disposições fundamentais e mais flexíveis quanto às restantes.

III. Sessão da Convenção dos Jovens

A Convenção aprovou o documento que lhe fora apresentado com propostas para a organização de uma "Convenção dos Jovens da Europa" segundo o modelo da própria Convenção (doc. CONV 15/02).

O debate em torno deste documento permitiu aprofundar uma série de problemas relativos, nomeadamente, ao processo de selecção dos jovens participantes nessa Convenção. Vários intervenientes insistiram na necessidade de estabelecer procedimentos de selecção transparentes e objectivos, bem como de dispor de um equilíbrio na representação dos diversos sectores da sociedade e dos diferentes pontos de vista sobre a integração europeia.

O Presidente realçou que o procedimento de selecção escolhido garante esse equilíbrio, e que o debate entre os jovens deverá ser o mais livre possível. No que se refere à organização do debate nesta Convenção de jovens, assinalou que haverá um Praesidium e um relator, designados pela "Convenção dos Jovens", cabendo ao relator apresentar relatório à Convenção. A questão dos contactos a estabelecer com os jovens na sequência do teor dessa Convenção deverá ser analisada posteriormente.

IV. Diversos

Criação de grupos de trabalho

No tocante aos pedidos dos membros da Convenção para sejam criados o mais rapidamente possível grupos de trabalho, o Presidente da sessão informou que o Praesidium está a estudar a questão e, nomeadamente, a proceder a uma reflexão sobre os temas que poderão ser utilmente analisados por esses grupos.

Próxima sessão

O Presidente encerrou a sessão assinalando que a sessão da Convenção de 23 e 24 de Maio será consagrada ao desempenho das missões da União Europeia, sob o duplo aspecto da legitimidade e da eficácia. Essa sessão permitirá assim aprofundar a questão das competências da União e dos instrumentos relativos à implementação dessas competências

– Lista dos oradores segundo a ordem das intervenções.

Sessão plenária de 15 e 16 de Abril de 2002

LISTA DOS ORADORES

Segunda-feira, 15 de Abril

1. Andrew DUFF - Reino Unido (Parlamento Europeu)
2. Ayfer YILMAZ - Turquia (Parlamento)
3. Pierre MOSCOVICI - França (Governo)
4. John BRUTON - Irlanda (Parlamento)
5. Rytis MARTIKONIS - Lituânia (Governo)

Cartões azuis : Duhamel, Fayot, Van der Linden, McAvan, MacCormick

6. Alain LAMASSOURE - França (Parlamento Europeu)
7. Hans van MIERLO - Países Baixos (Governo)
8. Erwin TEUFEL - Alemanha (Parlamento)
9. Peter SKAARUP - Dinamarca (Parlamento)
10. Alfred SANT - Malta (Parlamento)

Cartões Azuis : Voggenhuber, Maij-Weggen Stuart, Belohorská, Muscardini

11. Peter HAIN - Reino Unido (Governo)
12. Edmund WITTBRODT - Polónia (Parlamento)
13. Alain BARRAU - França (Parlamento)
14. Jürgen MEYER - Alemanha (Parlamento)
15. Jozef OLESKY - Polónia (Parlamento)

Cartões Azuis : Borrell Fontelles, Spini, Bonde

16. Danuta HÜBNER - Polónia (Governo)
17. Soren LEKBERG - Suécia (Parlamento)
18. Michel BARNIER - Comissão
19. Inese BIRZNIECE - Letónia (Parlamento) * suplente de Edvins INKENS
20. Ben FAYOT - Luxemburgo (Parlamento)
21. Mesut YILMAZ - Turquia (Governo)
22. Vytenis ANDRIUKAITIS - Lituânia (Parlamento)

23. Gianfranco FINI - Itália (Governo)
24. Olivier DUHAMEL - França (Parlamento Europeu)
25. Eleni MAVROU - Chipre (Parlamento)
- Cartões Azuis : Barrau, Tajani, MacCormick, Giscard d'Estaing, Palacio.*
26. Henrik Dam KRISTENSEN - Dinamarca (Parlamento)
27. Michael FRENDÓ - Chipre (Parlamento)
28. João de VALLERA - Portugal (Governo)
29. Renée WAGENER - Luxemburgo (Parlamento) *suplente de Paul HELMINGER
30. Reinhard Eugen BÖSCH - Áustria (Parlamento)
31. Roberts ZILE - Letónia (Governo)
- Cartões Azuis : Muscardini, Rack, Palacio, Medalinskas, Katiforis.*
32. Mimmo KILJUNEN - Finlândia (Parlamento)
33. Nelly KUTSKOVA - Bulgária (Governo) * suplente de Meglena KUNEVA
34. Georges JACOBS - UNICE (Parceiros sociais europeus, observador)
35. Marietta GIANNAKOU - Grécia (Parlamento)
36. René van der LINDEN - Países Baixos (Parlamento)
37. Jacques SANTER - Luxemburgo (Governo)
- Cartões Azuis : Wuermeling, Katiforis, Palacio*
38. Alvydas MEDALINSKAS - Lituânia (Parlamento)
39. Göran LENNMARKER - Suécia (Parlamento)
40. Michael ATTALIDES - Chipre (Governo)
41. Han van BAALEN - Países Baixos (Parlamento) * suplente de Frans TIMMERMANS
42. Pius HASOTTI - Roménia (Parlamento)
43. Peter SERRACINO-INGLOTT - Malta (Governo)
44. Paraskevas AVGERINOS - Grécia (Parlamento)
45. Hanja MAIJ-WEGGEN - Parlamento Europeu
46. Peter GLOTZ - Alemanha (Governo)
47. William ABITBOL - Parlamento Europeu * suplente de Jens-Peter. BONDE
- Cartões Azuis: Muscardini, Carnero Gonzalez, Borrell Fontelles, Van der Linden, Leenmarker, Palacio.*
48. David HEATHCOAT-AMORY - Reino Unido (Parlamento)
49. Panayotis DEMETRIOU - Chipre (Parlamento)
50. Matjaz NAHTIGAL - Eslovénia (Governo)
- Cartões Azuis: Birzniece, Duff, Van Lancker, Duhamel, Heathcoat-Amory.*

Sessão plenária de 16 de Abril de 2002

LISTA DOS ORADORES

Terça-feira, 16 de Abril

1. Adrian SEVERIN - Roménia (Parlamento) * suplente de Livin MAIOR
2. Ray McSHARRY - Irlanda (Governo)
3. Lamberto DINI - Itália (Parlamento)
4. Neil MacCORMICK - Parlamento Europeu * suplente de Johannes. VOGGENHUBER
5. Proinsias DE ROSSA - Irlanda (Parlamento)

Cartões Azuis : Wuermeling, Katiforis

6. Valdo SPINI - Itália (Parlamento) * suplente de Marco FOLLINI
7. Hannes FARNLEITNER - Áustria (Governo)
8. Matti VANHANEN - Finlândia (Parlamento)
9. Evelin LICHTENBERGER - Áustria (Parlamento)
10. Huber HAENEL - França (Parlamento)
11. Pavol HAMZIK - Eslováquia (Parlamento)

Cartões Azuis : Heathcoat-Amory, Fayot, Rack, Bonde

12. Cristiana MUSCARDINI - Parlamento Europeu
13. Peter GOTTFRIED - Hungria (Governo) * suplente de János. MARTONYI
14. Eduarda AZEVEDO - Portugal (Parlamento)
15. Klaus HAENSCH - Parlamento Europeu
16. Henning CHRISTOPHERSEN - Dinamarca (Governo)
17. Anne VAN LANCKER - Parlamento Europeu
18. Caspar EINEM - Áustria (Parlamento)
19. Louis MICHEL - Bélgica (Governo)
20. Elena PACIOTTI - Parlamento Europeu * suplente de Linda McAVAN
21. Antonio VITORINO - Comissão
22. Sylvia-Yvonne KAUFMANN - Parlamento Europeu

Cartões Azuis : Palacio, Duff, Thorning-Schmidt

23. Ali TEKIN - Turquia (Parlamento)
24. Hildegard PUWAK - Roménia (Governo)
25. Elio DI RUPO - Bélgica (Parlamento)
26. Ana PALACIO - Espanha (Governo)

27. Jan KAVAN - República Checa (Governo)
28. Josep BORRELL FONTELLES - Espanha (Parlamento)
29. Alberto COSTA - Portugal (Parlamento)
30. Johannes VOGGENHUBER - Parlamento Europeu
31. Teija TIILIKAINEN - Finlândia (Governo)
32. Tunne KELAM - Estónia (Parlamento)
33. Joachim WUERMELING- Alemanha (Parlamento Europeu) * suplente de Elmar BROK

Ponto 2 da ordem do dia

Jens-Peter BONDE - Parlamento Europeu

Lena HALLENGREN - Suécia (Governo) * suplente de Lena HJELM-WALLÉN

Timothy KIRKHOPE - Parlamento Europeu

Valdo SPINI - Itália (Parlamento) * suplente de Marco FOLLINI

Helle THORNING-SCHMIDT - Parlamento Europeu * suplente de Luís MARINHO

Alvydas MEDALINSKAS - Lituânia (Parlamento)

Cartões Azuis : Martikonis, Palacio, Maij-Weggen, Tomlinson, Carnero Gonzalez, Farnleitner, MacCormick, Bonde.

Ponto 3 da ordem do dia

Andrew Nicholas DUFF - Parlamento Europeu

Irena BELOHORSKÁ - Eslováquia (Parlamento)

Jens-Peter BONDE - Parlamento Europeu

Alvydas MEDALINSKAS - Lituânia (Parlamento)